



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Recentemente, a imprensa divulgou, no mesmo dia, notícias sobre dois casos suspeitos de abertura de fendas e danificação de edifícios resultantes de estaleiros de obras de construção na sua vizinhança. Os habitantes desses edifícios estão preocupados com os perigos resultantes da danificação da estrutura do edifício, e receiam mesmo que as suas casas se transformem num outro Sin Fong Garden.

Nestes últimos anos, registaram-se vários casos de danificação de edifícios vizinhos provocados por estaleiros de obras de construção, e já interpelei várias vezes sobre este assunto, no entanto, só recebi resposta do Governo em Abril do ano passado, afirmando o seguinte: “O Governo vai rever os actuais mecanismos para reforçar a fiscalização das obras de construção, e para além disso, o Regime Jurídico de Construção Urbana, que está a ser revisto, teve em consideração vários aspectos, tais como, o aditamento de uma disposição sobre o seguro de responsabilidade civil, exigir ao requerente que, antes de iniciar as obras de construção, apresente relatórios de avaliação dos edifícios vizinhos e das infra-estruturas rodoviárias e respectivas medições, e ainda a adopção das necessárias medidas de prevenção. Antes da entrada em vigor do referido regime jurídico, o Governo já tinha reforçado os mecanismos de fiscalização das obras de construção, especialmente no caso das obras de escavação, que são as que têm maior impacto para os edifícios vizinhos. Na apreciação dos projectos, o Governo exige ao requerente a apresentação de um projecto de estruturas de suporte das



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

escavações e de uma declaração de responsabilidade, a fim de que seja aquele a assumir as responsabilidades resultantes da danificação de edifícios vizinhos durante a execução de obras. E quanto aos engenheiros instrutores, são responsáveis pela avaliação dos edifícios vizinhos, a fim de assegurar que o projecto de execução de obras não produza impacto sobre aqueles”. No entanto, continuam a surgir situações como as referidas anteriormente, e os moradores não conseguem viver tranquilos.

Com o envelhecimento dos prédios nos bairros antigos, muitos foram demolidos e reconstruídos, uns a seguir aos outros, por isso, se o Governo não recorrer a mecanismos nem ao sistema jurídico para tomar medidas eficazes e concretas para reduzir os casos que afectam a segurança de edifícios vizinhos devido à execução de obras, vão com certeza surgir ainda mais casos e mais moradores serão afectados, por isso, este assunto merece especial atenção do Governo.

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. No ano passado, interpelei o Governo sobre a definição de mecanismos ou instruções para regular a actividade dos empreiteiros, por exemplo, a realização de avaliações e sondagens geotécnicas aos edifícios vizinhos antigos e a definição de medidas de segurança para a execução de obras. O Governo respondeu que, até estar concluída a revisão do Regime Jurídico da Construção Urbana, ia reforçar os mecanismos de fiscalização das obras de construção, no entanto, continuam a surgir situações semelhantes às descritas. A revisão dos actuais mecanismos tem sido efectuada com todo o rigor?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2. Segundo o Governo, em conformidade com os mecanismos vigentes, os engenheiros instrutores dos estaleiros de obras são responsáveis pela avaliação dos prédios vizinhos. Assim sendo, antes de emitir as respectivas licenças de obras, o Governo vai exigir-lhes a apresentação de planos de avaliação, a realização de sondagens geotécnicas e a definição de medidas de segurança para a execução das obras? De que mecanismos de fiscalização dispõe o Governo para assegurar a concretização das respectivas medidas durante a execução das obras, a fim de evitar os impactos das mesmas sobre os edifícios vizinhos?
  
3. O Governo afirmou que ia aditar normas ao Regime Jurídico de Construção Urbana que está a ser revisto, para garantir que os edifícios vizinhos não sejam afectados pela execução de obras e salvaguardar a segurança dos bens públicos e de terceiros. Recentemente, em resposta à minha interpelação, o Governo afirmou que a proposta de lei sobre a revisão do referido regime jurídico já entrou na fase de discussão pelo Conselho Executivo, e que o respectivo articulado está a ser optimizado. Assim sendo, o Governo vai submeter a referida proposta de lei para apreciação da Assembleia Legislativa ainda este ano?

**A Deputada à Assembleia Legislativa**

**Kwan Tsui Hang**

24 de Janeiro de 2014